

JORNAL DO SENADO

www.senado.leg.br/jornal

Ano XIX — Nº 3.839 — Brasília, quarta-feira, 27 de março de 2013



Senado garante hora extra e outros direitos para domésticas

Confirmada ontem por unanimidade, proposta de emenda à Constituição que dá tratamento igual ao dos demais trabalhadores será promulgada terça-feira pelo Congresso

Jornada de trabalho com no máximo 8 horas diárias e 44 horas semanais, hora extra remunerada e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) foram conquistas garantidas aos empregados domésticos ontem pelo Senado, em segundo turno de votação. A PEC das Domésticas, classificada pela maioria dos senadores como o fim de uma

injustiça, prevê aplicação imediata de algumas regras e necessidade de regulamentação de outras.

A proposta de emenda à Constituição, relatada no Senado por Lídice da Mata, recebeu o voto favorável dos 66 senadores presentes à sessão e deve ser promulgada na próxima terça-feira, em sessão do Congresso marcada para o meio-dia pelo presidente do Senado, Renan Calheiros. **8**



Pedro França / Agência Senado

Ao lado de duas ministras, parlamentares comemoram o fim das diferenças entre domésticos e demais trabalhadores

DataSenado: lei aumenta sensação de segurança para 66% das brasileiras 6 e 7

Vanessa Grazziotin toma posse na Procuradoria Especial da Mulher 7

SUS será obrigado a oferecer plástica logo após retirada de mama por câncer 12

Plenário aprova incentivo federal para alfabetizar crianças até 8 anos 9



Eduardo Campos, Eduardo Braga, José Guimarães e Gleisi Hoffmann debatem a medida que trata da gestão portuária

MP dos Portos e a autonomia estadual

A discussão em torno da autonomia dos estados dominou o debate sobre a MP dos Portos entre a ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, o governador de

Pernambuco, Eduardo Campos, e representantes de outros estados, que temem perder receitas com a mudança no critério de licitação estabelecida pelo Executivo. **3**

Postos terão que informar preço de gasolina na página da ANP 11

Orçamento 2013 deverá ser promulgado na próxima semana 2

Senador visita torcedores presos na Bolívia e pede ação do governo 10



Roberto Gurgel, titular da Procuradoria-Geral da República

Gurgel será convidado a falar de compra de tablets

Requerimento do senador Fernando Collor foi aprovado ontem em comissão. Há suspeitas sobre aquisição de 1.226 tablets pelo Ministério Público. **5**

Carlos Humberto/SC0/STF

Governo prevê para próxima semana sanção do Orçamento

Ministra Miriam Belchior disse no Senado que sanção presidencial depende apenas da correção de um “pequeno erro” que havia no projeto que os parlamentares aprovaram no último dia 12

A MINISTRA DO Planejamento, Miriam Belchior, informou que o Orçamento da União para 2013 deve ser sancionado na próxima semana. Ela fez o anúncio ontem, no Senado, logo após se encontrar com o presidente da Casa, Renan Calheiros.

A tramitação da proposta orçamentária (PLN 24/2012) no Congresso se encerrou no último dia 12.

Miriam Belchior disse que houve um atraso na análise que o governo está fazendo porque foi necessário corrigir “um pequeno erro” no texto que os parlamentares aprovaram.

— Isso atrasou em uma semana a análise rigorosa que está sendo realizada. Mas é possível que na semana que vem ocorra a sanção — afirmou a ministra.

O Orçamento de 2013 foi aprovado após quase três meses de espera. A votação, inicialmente prevista para dezembro, foi adiada por causa da polêmica em torno da preferência na votação dos vetos presidenciais à Lei dos Royalties do petróleo. O Orçamento



Relator do Orçamento, Romero Jucá conversa com ministra Miriam Belchior

só foi votado depois que a maioria dos senadores e deputados federais decidiu manter a divisão dos royalties entre todos os estados.

As despesas previstas no texto aprovado pelo Congresso são de R\$ 2,28 trilhões, dos quais R\$ 110,61 bilhões se destinam aos investimentos das estatais e pouco mais de R\$ 610 bilhões ao refinanciamento da dívida pública.

COMISSÃO ESCOLHERÁ NOVO RELATOR NA TERÇA QUE VEM

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) adiou a escolha, que estava prevista para ontem, do presidente do colegiado e do relator-geral do Orçamento. Os novos nomes vão substituir, respectivamente, o deputado federal Paulo Pimenta (PT-RS) e o senador Romero Jucá (PMDB-RR). A escolha foi remarçada para a terça-feira.

Adiado exame de novas regras para o FPE

A discussão e a votação do substitutivo de Walter Pinheiro (PT-BA) a oito projetos de lei sobre as novas regras de repartição do Fundo de Participação dos Estados (FPE) foi adiada para a próxima semana.

A discussão do tema teria início na ordem do dia de ontem, mas foi transferida em razão do pequeno número de senadores em Plenário após a aprovação, em segundo turno, da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 66/2012, que estende os direitos dos demais trabalhadores aos empregados domésticos.

Com validade até 2017, os novos critérios de repartição do FPE, pela proposta de

Pinheiro, devem assegurar a cada unidade federativa um piso igual aos valores atualmente distribuídos. Se houver sobra, depois de feita a distribuição com base no piso, os recursos poderão ser repartidos de acordo com dois critérios: população e inverso da renda per capita.

O adiamento da discussão teve o apoio de Pinheiro, que se mostrou favorável ao prosseguimento das negociações para a aprovação do substitutivo. Ele ponderou, no entanto, que o esforço não pode passar da próxima semana.

— Só assim teremos condição, inclusive, de ter o tempo suficiente para que a matéria

chegue à Câmara dos Deputados e seja aprovada, já que o prazo que nós temos [para aprovar as novas regras] se encerra no final do mês de maio — disse.

O substitutivo do senador refere-se aos Projetos de Lei do Senado 192, 289, 744 e 761, de 2011; e 35, 89, 100 e 114, de 2012. Luiz Henrique (PMDB-SC) vem negociando uma emenda em que acrescenta, como critério de repartição, a extensão territorial do estado. Outros senadores querem mudanças na proposta apresentada por Walter Pinheiro para evitar o que consideram injustiças na partilha dos recursos.



Walter Pinheiro fala com jornalistas: relator pondera que negociações não podem passar da próxima semana

Senadores terão banco de dados sobre estados e municípios

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou ontem a implementação do Banco de Dados da Federação.

O banco conterá dados socioeconômicos, financeiros, tributários e demográficos dos entes federados, que poderão ser acessados pelos senadores para análise de projetos. Também estarão abertos à sociedade, sem nenhum custo.

Poderão ser consultados o histórico das operações de crédito dos estados autorizadas pelo Senado e os repasses e investimentos federais a estados e municípios, entre outros dados.

— O Banco de Dados da Federação é mais um

instrumento de transparência que o Senado coloca à disposição da cidadania e das instituições da sociedade organizada. É um conjunto de dados importantes para a compreensão da nossa estrutura federativa — afirmou o presidente do Senado.

Renan Calheiros também ressaltou a importância do banco de dados para a análise de projetos que influem no pacto federativo:

— Tenho certeza absoluta de que essas informações serão fundamentais para melhorar a nossa capacidade de deliberação parlamentar, ampliando o poder analítico e decisório dos senadores e comissões.

Estatuto da Juventude pode ser aprovado hoje na CAS

O Estatuto da Juventude (PLC 98/2011) foi discutido ontem na Presidência do Senado. Integrantes da Juventude do PMDB visitaram o presidente Renan Calheiros para pedir mais agilidade na tramitação do projeto.

A visita foi acompanhada pelos senadores Valdir Raupp (RO), presidente nacional do PMDB, Eunício Oliveira (CE), líder do partido no Senado, e Waldemir Moka (PMDB-MS), presidente da Comissão de

Assuntos Sociais (CAS), na qual a matéria deve ser aprovada hoje.

Segundo Moka, o texto ainda deveria passar por três comissões, mas um acordo de líderes poderia levar o texto direto ao Plenário. O relator, Paulo Paim (PT-RS), também defende que a matéria vá ao Plenário.

O estatuto estabelece políticas públicas para os jovens, direitos individuais e meia-entrada em eventos culturais, entre outros itens.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Garantia-Safra

14h Na pauta da sessão deliberativa, projeto de lei de conversão (PLV 3/13) que amplia adicional ao benefício Garantia-Safra.

PRESIDÊNCIA Ordem do dia

16h O senador Renan Calheiros preside a ordem do dia da sessão plenária.

CI Debate sobre energia elétrica

7h30 Comissão debate o tema “Energia e desenvolvimento do Brasil” com o diretor-geral do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica, Albert Cordeiro Geber de Melo. Em seguida, votação de projeto que trata do parcelamento do solo urbano para alargar a faixa não edificável ao longo das águas correntes e dormentes e em rodovias e ferrovias.

CAS Estatuto da Juventude

9h A Comissão de Assuntos Sociais analisa o projeto que institui o Estatuto da Juventude (PLC 98/2011) e substitutivo à proposta que prevê pena de detenção para condutas relacionadas ao consumo pessoal de drogas e sua substituição por tratamento especializado.

CAE Seguro-desemprego

10h Substitutivo apresentado ao projeto que altera o Código de Trânsito Brasileiro para dispor sobre o exame de aptidão física e mental pode ser analisado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **10h**, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)**. As reuniões das comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Autonomia dos estados domina debate sobre a MP dos Portos

Governador pernambucano se disse surpreso com a medida; secretário gaúcho acredita que algum poder dos estados será preservado

A DISCUSSÃO EM torno da autonomia estadual dominou ontem o debate sobre a MP dos Portos, que reuniu representantes de estados e a ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann. A audiência pública realizada pela comissão mista que analisa a Medida Provisória 595/2012, que estabelece novas regras para o setor portuário, expôs o receio de alguns estados de perder receitas com a mudança no critério de licitação estabelecida pelo Executivo.

O governador de Pernambuco, Eduardo Campos, propôs que fosse excetuado da medida provisória o Porto de Suape, no seu estado. A solicitação veio depois da apresentação de um relatório detalhado sobre a infraestrutura do complexo portuário, que classificou como de “logística estratégica” e responsável por 35% do PIB nordestino. O governador ainda informou que mais de cem empresas movimentam Suape.

Ao declarar que foi “surpreendido da noite para o dia” com a MP, o governador destacou que não se opõe às mudanças e está em busca de entendimento desde que “se honre o pacto federativo”.

Com discurso mais conciliatório, o secretário de Planejamento do Rio Grande do Sul, João Motta, representante do governador Tarso Genro, reconheceu que a União vem “sinalizando” com uma alternativa que preserve minimamente o poder dos estados e que seja compatível com as regras nacionais.

O coordenador de Acompanhamento de Políticas de Infraestrutura da Casa Civil da Bahia, Eracy Lafuente, representante do governador Jaques Wagner, afirmou que o estado é “amplamente favorável” e relatou a experiência com vários modelos de portos, entre eles o terminal de uso privativo na cidade de Ilhéus — o Porto Sul, com ferrovia interligada de 1.500 quilômetros de oeste a leste do país, levando várias cargas, de minérios a grãos.



Gleisi fala em audiência na comissão mista da MP 595/2012, ao lado de José Guimarães, Braga, Campos e Lafuente (E)

Gleisi quer garantir eficiência do sistema

A ministra Gleisi Hoffmann garantiu que a União não intervirá na gestão dos portos e que nenhum estado perderá a autonomia. Ela sustentou que a Medida Provisória 595/2012 é “um compromisso do governo com a eficiência do sistema portuário brasileiro e com a redução do custo Brasil”.

Ela explicou que as

licitações centralizadas foram adotadas para substituir a outorga, à base do “ganha quem paga mais pela área arrendada”, por um critério mais elaborado que considera a maior movimentação de carga com menor tarifa. Ela ressaltou que os contratos vencidos ou que estão para vencer serão prorrogados pelo novo critério.

Além disso, Gleisi Hoffmann defendeu o Plano Nacional de Logística Integrada (PNLI), que integra os modais de transportes, ferrovias, rodovias e portos. Para vencer os gargalos da infraestrutura portuária e dar conta da demanda, com a previsão da movimentação de 487 milhões de toneladas por ano até 2020, a ministra reiterou a importância do papel da União na distribuição dos terminais portuários e do diálogo com os estados.

— Os portos são integrantes de um sistema nacional único de logística. Essa é uma discussão que cabe a todos os estados de maneira conjunta e integrada — disse.

Avanços

Debatedores e parlamentares comemoraram o entendimento nas negociações com as centrais sindicais na semana passada. O acordo assegura a maioria das reivindicações dos trabalhadores que ameaçavam greve nos portos, com o compromisso do Executivo de não vetar as alterações feitas no texto da MP.

A discussão sobre a contratação de mão de obra para os futuros terminais privados, no entanto, ainda não foi resolvida. Pela MP, esses terminais estão autorizados a contratar operários com e sem vínculo empregatício.



Com a MP, governo quer acabar com os gargalos na infraestrutura portuária

Ângela Portela critica privilégios à Zona Franca de Manaus

Ângela Portela (PT-RR) criticou ontem em Plenário e pediu alteração na Medida Provisória 599/2012, que estabelece os critérios de compensação pela unificação das alíquotas do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Na avaliação da senadora, Roraima, Acre, Amapá e Rondônia serão prejudicados caso a alíquota interestadual do ICMS na Zona Franca de Manaus se mantenha em 12%.

Ela propôs reduzir a alíquota de 12% da Zona Franca de Manaus para 4% em transações com os quatro estados citados. Segundo a parlamentar, sem a redução dessa alíquota, esses estados teriam que suportar o crédito de ICMS de 12% em favor do Amazonas.

— Do ponto de vista do investidor, seria muito mais vantajoso manter seu investimento no Amazonas, com privilégios tributários, do que em outro estado, sem as mesmas vantagens — disse.

Paim pede fatia maior do FPE para o Rio Grande do Sul

O texto proposto para as novas regras do Fundo de Participação dos Estados (FPE) prejudica o Rio Grande do Sul, disse ontem em Plenário Paulo Paim (PT-RS).

— A votação deve ser pautada pelo equilíbrio, serenidade, no campo da razoabilidade, na busca do senso de justiça — afirmou.

O parlamentar lembrou que, pelas regras atuais, os estados das Regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste recebem 85% dos recursos do FPE. Aos estados do Sul e do Sudeste são destinados apenas 15%. Os critérios, porém, foram declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal após ação movida por alguns estados.

Mas o texto em debate no Senado também não contempla o estado, segundo Paim. Ele manifestou apoio à proposta de Francisco Dornelles (PP-RJ) que elevaria a participação do Rio Grande do Sul de 2,35% para 2,82% dos repasses do FPE.

Adiada votação de projeto de geração de energia

Um pedido de vista coletivo adiou a votação no Senado de proposta que permite ao consumidor implantar projeto de geração de energia elétrica para consumo próprio ou fornecimento à concessionária de serviço. O PLS 393/2012 ia ser votado ontem pela Comissão de Meio Ambiente e Defesa

do Consumidor (CMA). Os senadores entenderam que o projeto deve tramitar em conjunto com o PLS 35/2008, por abordar o mesmo assunto.

Autor do PLS 393/2012, Cícero Lucena (PSDB-PB) acredita que a tecnologia já permite que pequenos consumidores — residenciais e comerciais

— produzam a própria energia, a preços competitivos com aqueles cobrados pelas concessionárias de serviços de distribuição.

Relator do projeto, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) pediu que a matéria fosse logo votada, alegando que desde 2009 o PLS 35/2008 aguarda deliberação.

Anibal Diniz (PT-AC) e Ataídes Oliveira (PSDB-TO) concordaram com Flexa sobre a necessidade de o Brasil investir em energia limpa e barata, mas alegaram que, devido a sua importância, a matéria precisa ser discutida em maior profundidade. A decisão foi transferida para terça-feira.



Fábio Neves/Agência Senado

Relator da comissão, Armando Monteiro defende desoneração da folha de pagamento, ao lado do deputado Paulo Ferreira e do industrial Fernando Figueiredo

Indústria química pede ao menos 5 anos de incentivos para o setor

Solicitação foi feita durante audiência de comissão mista que avalia MP que prorroga benefícios tributários para empresas exportadoras

REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES, do comércio e da indústria química fizeram ontem sugestões para aprimoramento da Medida Provisória (MP) 601/2012 durante a segunda audiência pública realizada pela comissão mista destinada à sua avaliação. A MP, entre outras providências, prorroga o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra) e desonera a folha de pagamentos dos setores da construção civil e varejista.

O presidente da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), Fernando Figueiredo, pediu que as medidas propostas tenham duração mínima de cinco anos, já que o setor se planeja a longo prazo. Ele também propôs o fim dos pagamentos referentes ao Programa de Integração Social (PIS) e à Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) nos investimentos em máquinas e equipamentos de engenharia nacional.

Outra reivindicação é uma política do uso do gás como matéria-prima. Segundo ele, o gás no Brasil custa US\$ 12 por milhão de BTU (Unidade Térmica Britânica, na sigla em inglês), quatro vezes mais que o valor de mercado nos Estados Unidos. Por conta do

alto custo, duas fábricas foram fechadas ano passado.

Ele também pediu a desoneração de substâncias como a nafta, o gás, o propeno e o eteno, o que irá desonerar, por extensão, a cadeia de produção dos plásticos. Propôs que as desonerações alcancem produtos químicos com conteúdo importado de até 66% — hoje limitados a 40%. Sugeriu ainda que as empresas possam compensar os créditos originários de exportações com o pagamento das contribuições para o INSS e a inclusão da Petrocoque, subsidiária da Petrobras, entre os beneficiários da MP.

Potencial

A indústria química brasileira, explicou o dirigente, fatura US\$ 153 bilhões por ano, quarto setor em importância no produto interno bruto (PIB) industrial. É a 6ª maior do mundo e tem potencial de ampliar o mercado para US\$ 260 bilhões até 2020, gerando investimentos de US\$ 167 bilhões em dez anos.

Antônio Lisboa Amâncio do Vale, diretor-executivo da Central Única dos Trabalhadores (CUT), pediu que as medidas não tenham caráter definitivo e que acarretem aumento do nível de emprego e de salários e melhoria, por exemplo, das condições de

segurança nos canteiros de obras da construção civil.

— Os benefícios têm de chegar à massa trabalhadora.

O diretor da CUT também indagou como os prejuízos causados pelas desonerações à Previdência Social serão compensados pelo Tesouro Nacional. Ele teme que o déficit causado à Previdência possa se tornar irreversível. O representante dos trabalhadores questionou ainda a adoção de medidas pontuais no lugar de uma reforma de todo o modelo tributário.

Já o advogado da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Cécito Esteves, reafirmou o apoio da entidade à desoneração de folha de pagamento e à redução da carga tributária, mas disse que discorda quanto à forma. Para ele, a desoneração de folha e da carga tributária deve ser feita “de forma geral, irrestrita, ampla e permanente”, e não com medidas pontuais. Afirmou que a MP desonera grandes estabelecimentos, mas acaba onerando outros setores do comércio.

Ele sugeriu que a desoneração fosse feita com outras contribuições, como o salário-educação. Outra sugestão foi a criação do Fundo Previdenciário do Trabalhador Urbano, previsto no artigo 250 da Constituição.

Para relator, é preciso oferecer um processo minimamente previsível

O relator da comissão, Armando Monteiro (PTB-PE), concordou que as medidas não deveriam ter curta duração. Para o senador, é preciso oferecer um processo minimamente previsível aos empresários.

Armando enfatizou as dificuldades para desonerar a exportação dos encargos sobre a folha de pagamento em uma estrutura tributária “complexa e disfuncional” como a brasileira. Opinou que raros países tributam de forma tão acentuada o salário como o Brasil e se disse “um pouco surpreendido” com a posição manifestada pelo representante da CNC, “já que setores como o de hotelaria serão bastante beneficiados com a MP, além do grande comércio varejista”. Para o relator, o comércio tem como contornar a questão da perda de competitividade da produção nacional porque tem crescido continuamente a taxas entre 8% a 8,5% ao ano, enquanto o crescimento na indústria tem sido negativo.

Luiz Henrique alerta para a escassez de água no mundo

Há uma inconsciência geral das pessoas sobre as poucas reservas de recursos hídricos existentes no mundo, disse Luiz Henrique (PMDB-SC).

— Se puder, o brasileiro lava o carro e a calçada, todo santo dia, com água tratada. Se vai tomar banho, fica longo tempo debaixo do chuveiro, não fecha a torneira enquanto ensaboa as mãos ou faz a barba. Essas atitudes fazem com que o Brasil desperdice, anualmente, cerca de 2,5 trilhões de litros de água — lamentou.

O senador destacou que até as regiões que contam com um alto índice pluviométrico têm enfrentado secas regulares no inverno nos últimos anos, como é o caso do oeste catarinense.

— Embora o planeta tenha 70% de sua superfície coberta por água, 97% da água existente no mundo é salgada e, dos 3% que se constituem de água doce, apenas 0,01% pode ser aproveitado para consumo humano — ressaltou.

Humberto: governo ajudará nordestinos atingidos pela seca

Humberto Costa (PT-PE) comentou as medidas de combate aos efeitos da seca anunciadas pela presidente Dilma



Pedro França/Agência Senado

Rousseff, durante inauguração da primeira etapa da Adução do Pajeú, em Serra Talhada (PE) na terça-feira. A obra, disse o senador, levará a água do Rio São Francisco a mais de 400 mil pessoas de 21 municípios pernambucanos e 8 da Paraíba.

— Infelizmente, estamos enfrentando a maior seca dos últimos 50 anos no Nordeste, mas não vamos deixar as famílias desassistidas, seja por medidas emergenciais, seja por grandes investimentos estruturadores — disse.

Segundo Humberto, também foram entregues 22 retroescavadeiras e 50 ônibus escolares. Para os agricultores, foram anunciadas a prorrogação do Seguro-Safra e do Bolsa Estiagem até o final da seca. Ele também comemorou o anúncio da ministra do Planejamento, Miriam Belchior, de investimentos do PAC em Pernambuco.

Paulo Davim lembra Dia Mundial de Combate à Tuberculose



Pedro França/Agência Senado

Incidência da doença no país ainda é muito alta, lamenta Davim

A passagem do Dia Mundial de Combate à Tuberculose, em 24 de março, foi lembrada por Paulo Davim (PV-RN). Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), disse o senador, 1,5 milhão de pessoas morrem de tuberculose todos os anos no mundo, sendo 70 mil crianças, “um verdadeiro genocídio”.

— Não podemos jamais fechar os olhos a essa doença endêmica — alertou.

Davim informou que relatório da OMS elaborado em 2011 mostra que 10 milhões de crianças em todo o mundo perderam seus pais devido à doença. Ainda segundo o estudo, ressaltou, 8,7 milhões de pessoas contraíram a

enfermidade em 2011.

No Brasil, a incidência da tuberculose ainda é muito alta, afirmou o senador, acrescentando que, em 2011, foram notificados 70 mil novos casos no país.

— Os estados mais atingidos são Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo — informou.



Roberto Gurgel, procurador-geral da República



Fernando Collor, que quer explicações de Gurgel

Gurgel será convidado a explicar compra de tablets

Comissão aprovou requerimento de Collor. Segundo o senador, procurador-geral da República precisa dar explicações sobre supostas irregularidades cometidas pelo Ministério Público em pregão eletrônico

A COMISSÃO DE Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou ontem o requerimento do senador Fernando Collor (PTB-AL) convidando o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, a prestar esclarecimentos sobre supostas irregularidades no pregão eletrônico para a aquisição de 1.226 tablets pelo Ministério Público Federal (MPF).

Antes da votação do requerimento, o senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) sugeriu que a CMA aguardasse conclusão de diligências solicitadas ao Tribunal de Contas da União (TCU) junto à Procuradoria-Geral da República para apurar possíveis irregularidades na compra dos equipamentos

para só então deliberar sobre a conveniência ou não do convite ao procurador-geral.

— Se depois de realizada essa auditoria ainda houver pontos obscuros, creio que seria oportuno convite ao procurador-geral da República — argumentou.

Collor lembrou ser atribuição da CMA fiscalizar e controlar o Poder Executivo, o que inclui o MPF. Assim, o senador considera que a investigação a ser feita pelo TCU não invalida a iniciativa da comissão de chamar Roberto Gurgel a dar explicações aos senadores.

Collor também leu resposta do Conselho do Ministério Público a pedido de apuração sobre o processo de compra dos tablets. Conforme

relatou, o conselho descartou argumento de que a responsabilidade pela licitação seria da Secretaria-Geral do MPF e explicitou as atribuições do procurador-geral na gestão do Ministério Público.

O senador lembrou ainda que o pregão eletrônico para a compra dos tablets foi realizado em 31 de dezembro de 2012.

— Fico me perguntando se licitação parecida ocorresse no âmbito do Senado ou de qualquer governo estadual ou prefeitura do interior, o que não estaria fazendo o Ministério Público em relação a essa licitação. É preciso, sim, que ele dê as explicações e o Tribunal de Contas da União faça as investigações.

Cardozo deverá falar sobre Arquivo Nacional

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) quer ouvir o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, sobre denúncias de má conservação do prédio do Arquivo Histórico Nacional, no Rio de Janeiro. O requerimento, da senadora Ana Amélia (PP-RS), foi aprovado ontem pela comissão.

A senadora disse que a presença de Cardozo se justifica diante da “inegável importância do Arquivo Nacional”, órgão central do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo, que faz parte do Ministério da Justiça.

Ana Amélia citou notícias da última semana informando que, devido ao temporal que atingiu o Rio, parte dos documentos depositados no



Ministro José Eduardo Cardozo, que prestará esclarecimentos

Arquivo Nacional pode ter sido danificada. Porém, esse não seria um fato isolado, mas parte de problemas recorrentes no prédio. Conforme assinalou, a situação coloca em risco funcionários e equipamentos.

Vereadores

Foi aprovado requerimento do senador Paulo Paim (PT-RS) para audiência destinada

a debater a situação dos vereadores do Brasil na ótica da educação. Marcada para 18 de abril, a audiência deverá contar com a participação de representantes da União de Vereadores do Brasil.

Por sugestão do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), outro requerimento aprovado prevê solicitação à Secretaria Especial de Comunicação do Senado (Secs), por meio do DataSenado, de realização de uma enquete sobre a proposta de federalização da educação básica. Ele lembrou que a proposta por ele defendida já foi debatida em sete audiências públicas e que o tema foi abordado pela revista *Em Discussão!*, editada pelo **Jornal do Senado**.

Comissão pode aprovar criação de 7 mil cargos públicos federais

Cerca de 7 mil cargos públicos federais de provimento efetivo, a serem preenchidos por concurso público, poderão ser criados se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovar hoje projeto de lei da Câmara (PLC 126/2012) que altera o Plano Geral de Cargos do Poder Executivo.

Segundo o relator da matéria, senador Gim (PTB-DF), a maioria dos cargos destina-se a ciência e tecnologia, infraestrutura e regulação, áreas que classifica como “carentes e estratégicas, que indicam as prioridades do Estado com vistas ao incremento do conhecimento, da inovação e do desenvolvimento econômico”.

No parecer, o relator contesta alegações de inchaço da máquina administrativa, afirmando que a relação servidor público/população no Brasil é uma das menores, se comparada à de países com o mesmo ou maior

grau de desenvolvimento. Gim também ressalta que os cargos propostos exigem concurso público.

Orçamento

O parlamentar destaca ainda que a ampliação do quadro de pessoal efetivo do governo federal segue orientação dos órgãos de controle interno e externo, que defendem a substituição de contratações precárias — como terceirizações, prestação de serviços e contratações temporárias — pela admissão de servidores concursados, com vínculo efetivo com o Estado.

De acordo com o projeto, os cargos serão ocupados de forma gradual e de acordo com autorização no Orçamento da União. O impacto financeiro de criação dos novos postos foi estimado em R\$ 484 milhões. O preenchimento gradual das vagas está previsto para começar em 2014.



Novos postos serão ocupados por concurso público, estabelece projeto

Colegiado avalia aumento de 1.400 vagas em órgãos do Poder Executivo

Além de quase 7 mil novos cargos públicos federais, a CCJ pode aprovar hoje a criação de mais de 1.400 vagas para cargos efetivos federais já existentes. A proposta é do Poder Executivo e atende compromisso firmado com o Ministério Público do Trabalho, que determinou dispensa de terceirizados, com substituição por servidores efetivos.

O projeto (PLC 123/2012) tem parecer favorável do relator, senador Gim (PTB-DF). As vagas beneficiam órgãos



Gim deu parecer favorável à proposta de ampliação de quadros

como Ibama, Anvisa e Polícia Rodoviária Federal, entre outros. Se aprovada pela CCJ, a matéria seguirá para votação no Plenário do Senado.

Projeto garante extrato bancário em braile para deficientes visuais

As pessoas com deficiência visual poderão ter uma série de direitos assegurados nas relações com bancos e operadoras de cartão de crédito, como extrato de conta corrente em braile ou em

caracteres ampliados, conforme proposta aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O projeto (PLS 349/2012), do senador Ciro Nogueira (PP-PI), institui outras obrigações

para bancos e operadoras, como a leitura do inteiro teor do contrato por funcionário da instituição, a inscrição em braile e em alto-relevo do número do cartão, código de segurança e data de validade,

e as orientações, nesse padrão de escrita e leitura, quanto ao uso do cartão.

O relator, senador Gim (PTB-DF), disse que mais de 16 milhões de pessoas são portadoras de algum tipo de

deficiência visual, das quais cerca de 2,5 milhões utilizam o sistema braile.

O projeto será agora enviado para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Pesquisa: 66% das mulheres se sentem mais protegidas

Lei Maria da Penha, em vigor há sete anos, aumentou a sensação de segurança entre as brasileiras, segundo DataSenado. Mas 700 mil continuam sofrendo agressões, principalmente dos companheiros

PASSADOS QUASE SETE anos da sanção, a Lei 11.340, de 2006, popularmente chamada de Lei Maria da Penha, incorporou-se ao repertório de informação das brasileiras, ainda que não esteja sendo plenamente aplicada. Pesquisa do DataSenado sobre violência contra a mulher constatou que, por todo o país, 66% das mulheres passaram a se sentir mais protegidas depois da publicação da lei. Entre as mais jovens, o índice chega aos 71%. Além disso, 99% das entrevistadas conhecem o teor da Lei Maria da Penha ou pelo menos já ouviram falar da norma.

Os dados foram apresentados ontem pelo presidente do Senado, Renan Calheiros. No período de 18 de fevereiro a 4 de março, foram entrevistadas 1.248 brasileiras com idades a partir de 16 anos, de todas as unidades da Federação. Os dados incluem mulheres de diferentes níveis de renda, escolaridade, credo ou raça. Trata-se do quinto trabalho de uma série iniciada em 2005 para mapear os avanços e as dificuldades vividas pelas brasileiras no combate à violência.

As pesquisas sobre violência doméstica e familiar são realizadas pelo DataSenado a cada dois anos. — A série histórica das pesquisas é instrumento de controle social e modelo de acompanhamento na aplicação das leis aqui aprovadas. Os índices de cada pesquisa retratam como a sociedade reage à lei e também como as leis podem mudar para melhor atitudes e comportamentos — disse Renan.

Vítimas

Apesar das mudanças positivas proporcionadas pela lei, a pesquisa do DataSenado revela também que há um longo caminho a ser percorrido no combate à violência contra as mulheres no Brasil. Os dados permitem afirmar que aproximadamente uma em cada cinco brasileiras reconhece já ter sido vítima de violência doméstica ou familiar provocada por um homem. Segundo o DataSenado, é possível estimar, a partir dos dados coletados, que 700 mil brasileiras continuam sofrendo agressões, principalmente dos companheiros,

e que 13 milhões de mulheres — o que corresponde a 19% da população feminina acima de 16 anos de idade — já foram vítimas de algum tipo de agressão. Em todo o país, as mulheres de menor nível educacional ainda são as mais agredidas — 71% dessas, entre as que foram entrevistadas, relatam aumento de violência no cotidiano, enquanto 31% das vítimas ainda convivem com o agressor. A violência física predomina, mas cresce o reconhecimento das agressões moral e psicológica.

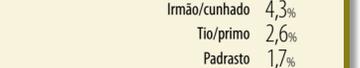
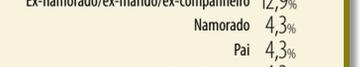
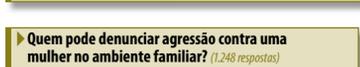
Em um ranking de 84 países, o Brasil é o sétimo no registro de assassinatos de mulheres. Na América do Sul, o país só “perde” para a Colômbia e, na Europa, para a Rússia. Os números brasileiros desses assassinatos ainda são maiores do que os de todos os países árabes e de todos os africanos.

A pesquisa seguiu a metodologia do DataSenado, que apura os dados por meio de amostragem aleatória estratificada, com entrevistas telefônicas. A margem de erro é de três pontos percentuais para mais ou para menos.



Os resultados da pesquisa sobre violência doméstica são anunciados pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, durante a cerimônia de criação da Procuradoria Especial da Mulher

Opinião das brasileiras sobre violência doméstica e familiar



Fonte: DataSenado

Violência aumentou na opinião de 63% das entrevistadas

A pesquisa do DataSenado expõe também contradições resultantes do processo de aplicação da Lei Maria da Penha. Apesar de a maioria absoluta das entrevistadas reconhecer a proteção advinda da lei, 63% delas avaliam que a violência contra as mulheres tem aumentado. Por outro lado, foi apurado também que a proporção daquelas que já foram vítimas de agressões está relativamente estável desde 2009. Além disso, os resultados de 2013 sobre o conhecimento, pelas entrevistadas, de alguma mulher que já tenha sofrido algum tipo de violência foram equivalentes aos resultados de 2011. Os números da pesquisa demonstram ainda que, para a população feminina, as leis por si só não são capazes de resolver o problema da violência doméstica e familiar. Essa é a opinião de quase 80% das entrevistadas.

A análise dos pesquisadores do DataSenado, diante desses resultados, é de que, se os dados demonstram não terem crescido nem os percentuais de mulheres que admitem ter sido vítimas de violência, nem os percentuais de mulheres que afirmam conhecer vítimas, o grande volume de entrevistadas que acredita no aumento da violência doméstica e familiar contra a mulher, na verdade, indica um aumento do nível de conhecimento sobre o problema.

Mais da metade só busca ajuda depois da terceira agressão

O levantamento revela que ainda há resistência por parte das mulheres em procurar algum tipo de ajuda depois de sofrerem agressões. Mais de 50% das entrevistadas que relataram ter sofrido algum tipo de violência afirmam ter buscado ajuda apenas após a terceira agressão ou não ter procurado ajuda alguma.

Em relação à última agressão sofrida, 35% das vítimas oficializaram denúncia em delegacias comuns, em delegacias da mulher ou na Central de Atendimento à Mulher (Disque 180). Pelo menos 34% das vítimas procuraram alternativas à denúncia formal, como a ajuda de parentes, de amigos e de igrejas.

O medo, registra o DataSenado, ainda é o maior inibidor das denúncias. A dependência financeira vem em segundo lugar. A vergonha da agressão também é apontada como motivo e é mais frequente conforme cresce a escolaridade e a renda das entrevistadas.

— A grande ajuda que devemos prestar às vítimas de violência é o alerta para a necessidade de denunciar a agressão nas delegacias. Quando elas não denunciavam, o Estado não pode protegê-las ou coibir a violência — afirmou Elga Lopes, diretora da Secretaria de Pesquisa e Opinião (Sepop), responsável pelo levantamento.

A pesquisa do DataSenado trouxe uma boa notícia: a maioria das mulheres já admite a possibilidade de que qualquer pessoa que tenha conhecimento de uma agressão física possa denunciar o fato às autoridades. Essa é a opinião de 60% das entrevistadas este ano. Em 2011, apenas 41% admitiam a denúncia feita por qualquer pessoa.

Para ministra, dados confirmam o acerto da lei

A ministra da Secretaria de Política para as Mulheres, Eleonora Menicucci, disse que a pesquisa DataSenado confirma que o Congresso acertou ao aprovar o projeto que deu origem à Lei Maria da Penha. Ela elogiou o levantamento e disse que ele reforça a avaliação da pasta de que a população está mais confiante na hora de denunciar casos de agressão.

— Quando a pesquisa mostra que mais casos são denunciados, significa que as mulheres estão confiando mais nas instituições — avaliou a ministra.

A relatora da CPI mista que investiga os casos de violência contra a mulher, senadora Ana Rita (PT-ES), observou que desde 1980 houve um aumento de 230% no número de mulheres assassinadas no Brasil.

Só nos últimos dez anos, mais de 40 mil mulheres foram mortas de forma violenta no país, índice que coloca o Brasil nas piores posições no ranking sobre o tema. Segundo a senadora, a pesquisa realizada pelo Senado — junto com outras iniciativas, como a criação da Procuradoria Especial da

Mulher e o trabalho da CPI mista — fortalece o papel do Parlamento na defesa dos direitos das mulheres e no combate à violência.

Para a procuradora especial da Mulher no Senado, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), a pesquisa é importante e abre caminho para outros levantamentos sobre a situação da mulher no Brasil.

— Nosso papel não é apenas o de fazer leis, mas fazer com que sejam efetivamente conhecidas e aplicadas — assinalou a senadora.



Eleonora disse que as mulheres estão mais confiantes para fazer denúncias

Vanessa assume Procuradoria da Mulher

Apesar de assumir a Procuradoria da Mulher do Senado, a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse que o órgão é um importante instrumento na luta pela emancipação feminina. A solenidade foi realizada na Presidência da Casa.

Vanessa é a primeira a assumir a Procuradoria da Mulher, que foi criada no último dia 20, atendendo a um pedido da própria senadora.

No cargo até 2015, ela terá, entre outras atribuições, de zelar pelas políticas de gênero em discussão no Poder Legislativo e pela aplicação dessas políticas no Senado.

Na opinião da senadora, o debate sobre os direitos das mulheres é prejudicado pela representação política desigual no Parlamento. Apenas 10% das cadeiras do Senado são ocupadas por senadoras.

— A democracia também se mede pela participação da mulher. Não vamos debater entre nós mulheres, mas entre homens e mulheres porque juntos é que vamos superar os problemas — disse ela, assinalando que a Procuradoria acompanhará programas governamentais para promoção de igualdade de gêneros e realizará campanhas educativas e antidiscriminatórias. O presidente do Senado, Renan Calheiros, lembrou que a criação da Procuradoria da Mulher é um de seus compromissos da campanha

à Presidência do Senado. — É um reconhecimento de que, sem a efetiva participação feminina, não chegaremos a lugar nenhum. Quanto mais as mulheres tiverem seus direitos garantidos, melhor será para todos — disse.

Na cerimônia, foram entregues a representantes da ONU Mulheres as mensagens afixadas no painel exposto no Senado em homenagem ao Dia Internacional da Mulher.

No local, o público feminino que circulou pela Casa deixou

bilhetes com as expectativas e anseios — como a redução da violência doméstica.

Participaram do evento as ministras Eleonora Menicucci (Políticas para as Mulheres) e Miriam Belchior (Planejamento) e os senadores Ana Amélia (PP-RS), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Ana Rita (PT-ES), Lídice da Mata (PSB-BA), Humberto Costa (PT-PE), Sérgio Souza (PMDB-PR), Ruben Figueiró (PSDB-MS), Wellington Dias (PT-PI), Romero Jucá (PMDB-RR) e Paulo Paim (PT-RS).



Vanessa Grazziotin toma posse como procuradora especial da Mulher

Senadora cita baixos salários de mulheres

Recém-empossada como procuradora especial da Mulher no Senado, a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) pediu ontem a articulação dos três níveis do poder público no combate às desigualdades entre homens e mulheres.

Entre as diferenças apontadas pela senadora, estão a disparidade salarial entre homens e mulheres e a pouca

representação das mulheres no Parlamento.

— Nós não podemos concordar com o fato de, apesar de as mulheres terem um nível educacional superior ao dos homens, ainda receberem quase 30% menos do que eles — disse.

Vanessa Grazziotin ressaltou que as mulheres detêm algo em torno de apenas 10% das vagas do Parlamento

brasileiro. Ela lembrou que, atualmente, somente 8 mulheres ocupam cadeiras no Senado, dentro de um universo de 81 senadores.

— As mulheres têm muito mais dificuldades por causa da dupla jornada de trabalho, porque sentem a discriminação no seio da sociedade e, principalmente, a discriminação no seu próprio partido político — disse a senadora.

Em mural, pedidos pelo fim do machismo

O fim do machismo e da violência contra as mulheres estão entre os pedidos feitos pelas servidoras, autoridades e visitantes que, desde 6 de março, colam pequenos pedaços de papel num painel exposto no Salão Negro do Congresso.

Ali, elas registram sonhos e desejos relacionados aos seus direitos para os próximos anos. O projeto, uma parceria entre o Senado e a ONU, é parte



Painel instalado no Senado para que as visitantes anotem os próprios sonhos

das ações do Dia Internacional da Mulher. A recém-criada Procuradoria da Mulher do Senado entregará à ONU um

kit com os dados do painel, para a campanha mundial Una-se pelo Fim da Violência contra a Mulher.

Votação em segundo turno também foi unânime e sessão do Congresso na terça-feira deve promulgar a emenda. Alguns direitos ainda vão precisar de regulamentação

Plenário aprova ampliação dos direitos dos empregados domésticos

O SENADO APROVOU ontem por unanimidade, em segundo turno, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 66/2012, que garante aos empregados domésticos direitos já assegurados aos demais trabalhadores. A proposta, aprovada em primeiro turno na semana passada, deve ser promulgada na terça-feira, em sessão do Congresso marcada para o meio-dia.

De acordo com o texto, as novas regras entram em vigor na data da publicação, o que também deve ocorrer na próxima semana. Alguns dos direitos são imediatos, como a jornada definida, com limite de 8 horas diárias e 44 semanais, e as horas extras. Para outros, como o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o texto exige regulamentação.

— Alguns itens necessitarão de regulamentação, mas o fundamental é que os direitos trabalhistas estão assegurados — disse o presidente do Senado, Renan Calheiros.

Mais uma vez, a aprovação da proposta se deu por unanimidade entre os senadores presentes, com 66 votos a favor. O procedimento adotado, no entanto, chegou a ser questionado pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR), que criticou o fato de a matéria ser colocada em votação antes da discussão. Vários senadores lembraram, porém, que a matéria havia sido aprovada em primeiro turno por unanimidade, motivo pelo qual não haveria problema em se iniciar a votação, enquanto os parlamentares se manifestavam.

A maioria dos senadores classificou a aprovação da PEC como o fim de uma injustiça e a garantia, depois de muito



Parlamentares comemoram no Plenário a aprovação do fim da diferença entre empregados domésticos e demais trabalhadores

tempo, de tratamento igual aos empregados domésticos, em relação aos demais trabalhadores.

A relatora da PEC no Senado, Lídice da Mata (PSB-BA),

lembrou que, desde a escravidão, há o argumento de que a garantia de direitos pode gerar o caos. No entanto, ressaltou, a história já desmentiu esse tipo de afirmação.

— O passo que o Senado hoje está dando aqui é fundamental para garantir a modernidade da vida e das relações democráticas de trabalho neste país — disse.

Ana Rita (PT-ES) disse considerar que a alegação de muitos patrões de que as domésticas fazem parte da família não é suficiente e não se opõe à necessidade de que sejam garantidos os direitos desses trabalhadores. O argumento foi reforçado por Aécio Neves (PSDB-MG), que reiterou a importância de o vínculo trabalhista substituir o familiar, além de afirmar que a medida beneficiará uma parcela expressiva da população.

Compareceram à sessão a relatora da proposta na Câmara, Benedita da Silva (PT-RJ); a coordenadora da bancada feminina na Câmara, Janete Pietá (PT-SP); a ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci; a ministra da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, Luiza Bairros; e a ministra do Tribunal Superior do Trabalho Delaíde Arantes, que já trabalhou como doméstica.

Conquistas estendidas incluem hora extra e recolhimento de FGTS

Atualmente o trabalhador doméstico tem apenas parte dos direitos garantidos pela Constituição aos trabalhadores em geral. Alguns dos direitos já garantidos são salário mínimo, 13º salário, repouso semanal remunerado, férias, licença-gestante e licença-paternidade, aviso-prévio e aposentadoria.

Entre os novos direitos, está o controle da jornada de trabalho, uma das mudanças mais relevantes na prática e, por isso mesmo, uma das mais polêmicas entre empregadores. Se antes os empregados domésticos não tinham duração do trabalho definida, agora passam a ter direito a uma jornada de 44 horas semanais e não

superior a 8 horas diárias. Além disso, passam a receber horas extras, que devem ser remuneradas com valor pelo menos 50% superior ao normal.

Empregadores e críticos da medida alegam que a definição da jornada poderia levar à demissão em massa de trabalhadores.

Outro direito garantido pela PEC é o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que deve gerar o maior aumento de custo para o empregador. O valor a ser recolhido mensalmente é de 8% do salário do empregado, que poderá receber o montante acumulado nas hipóteses previstas em lei.

Representantes da categoria visitam o presidente do Senado

A presidente da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad), Creuza Maria Oliveira, foi recebida ontem pelo presidente do Senado, Renan Calheiros. Eles conversaram sobre a PEC 66/2012. Renan anunciou que a solenidade de promulgação da PEC deve ocorrer em 2 de abril e deve contar com a presença da presidente da Fenatrad.

Para Creuza, a PEC significa uma reparação para a categoria, que reúne quase 8 milhões de trabalhadores no Brasil.

— A relação entre patrão e empregado doméstico não pode mais ser vista como “casa-grande e senzala”. Nossa luta é um sacerdócio. Cada trabalhador tem que ter sua cidadania — declarou Creuza, que já foi agraciada com o Prêmio Direitos Humanos do governo federal em 2011.

Creuza disse acreditar que o temor de desemprego tem mais a ver com polêmica do que com a realidade. Ela admitiu que podem ocorrer algumas dispensas, mas disse que, “depois que a poeira assentar”, os patrões vão voltar a contratar.

Para o presidente do Sindicato dos Empregados Domésticos do Distrito Federal, Antônio Ferreira Barros, a aprovação da PEC é uma conquista que está chegando “tarde demais”, pois os trabalhadores domésticos formam uma das categorias mais antigas do Brasil e sempre tiveram menos direitos que outros empregados.

CAE aprova seguro de vida para motoboys

As empresas que prestam a terceiros serviço de entrega por meio de motocicletas ou veículos afins deverão contratar seguro de vida em grupo ou individual para os respectivos condutores. A medida é proposta em projeto de lei da Câmara (PLC 83/2012) aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e vale também para empresas que tenham serviço próprio de entrega.

Em relatório favorável ao texto, o senador Gim (PTB-DF) afirma que os acidentes de trânsito que atingem motoboys expõem “as famílias desses profissionais de forma particularmente mais aguda aos problemas decorrentes de um imprevisto que acarrete falecimento ou invalidez permanente”.

SUS pode ser ressarcido por cuidar de acidentados



O Sistema Único de Saúde (SUS) poderá receber de volta o dinheiro gasto no atendimento a vítimas de acidentes de trânsito. A possibilidade é prevista em projeto (PLS 340/2011) de Ivo Cassol (PP-RO), aprovado ontem pela CAE. O ressarcimento seria feito mediante a apresentação, à seguradora, de fatura emitida pelo fundo municipal ou estadual de saúde.

O relator, João Vicente Claudino (PTB-PI), disse que a proposta contribui para reduzir a crise nos hospitais públicos, onde é tratada a maioria das vítimas de acidentes de trânsito.

Seguro especial em caso de calamidades naturais

A criação de seguro especial em razão de calamidade natural foi aprovada pela CAE. Segundo o projeto (PLS 36/2011), o seguro atinge quem tem carteira assinada por seis meses e não pode superar o dobro do teto do seguro-desemprego (R\$ 2.327,52). A linha de crédito a profissionais autônomos e empreendedores individuais terá o limite de três vezes o mesmo teto (R\$ 3.491,28). A proposta do senador licenciado Marcelo Crivella (PRB-RJ), hoje ministro da Pesca, teve parecer favorável de Walter Pinheiro (PT-BA) e segue para a Comissão de Assuntos Sociais.

Cursos para engenheiros, arquitetos e agrônomos



A CAE aprovou projeto que permite à sociedade civil Mútua, mantida pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea), custear atividades de aperfeiçoamento de seus associados. A iniciativa (PLS 244/2012), de Eduardo Amorim (PSC-SE, foto), autoriza também a Mútua a desenvolver ações fiscalizadoras promovidas pelos conselhos regionais (Creas). Para o relator, Armando Monteiro (PTB-PE), a proposta dá maior qualidade aos serviços de engenharia e agronomia. O texto segue para a Comissão de Assuntos Sociais.



Idade para o programa gerou polêmica no Congresso: críticos da medida provisória defendiam como meta os 6 anos de idade

Waldemir Rodrigues/Agência Senado

Aprovada no Senado, Alfabetização na Idade Certa segue para sanção

Estados e municípios receberão incentivos e apoio técnico e financeiro da União para alfabetizar crianças até os 8 anos de idade

CRIANÇAS ATÉ OS 8 anos (terceiro ano do ensino fundamental) serão alfabetizadas por municípios e estados com incentivos e apoio técnico e financeiro da União. É o que prevê projeto de lei de conversão (PLV 2/2013) aprovado ontem pelo Senado em votação simbólica, que segue agora para sanção. O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa será realizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), do Ministério da Educação.

O projeto é derivado da Medida Provisória (MP) 586/2012, criticada por senadores da oposição, que defenderam como meta a alfabetização no primeiro ano do ensino fundamental (crianças de 6 anos) ou, no máximo, até os 7 anos (segundo ano do ensino fundamental). Emenda para fixar o limite em 6 anos, apresentada por Alvaro Dias (PSDB-PR), foi rejeitada por 38 votos a 24, com uma abstenção. O relator do projeto, Eduardo Amorim (PSC-SE), acolheu 5 das 60 emendas apresentadas.

Senadores da base do governo defenderam a proposta com o objetivo de impulsionar, por exemplo, a alfabetização nas Regiões Norte e Nordeste, que estão atrasadas em relação às outras. Durante o debate, parlamentares alegaram que uma meta mais ambiciosa de alfabetização em todo o país pode ser incluída no Plano Nacional de Educação (PNE), ainda em tramitação no Senado (PLC 103/2012).



Cristovam defende meta mais ambiciosa



Para Pimentel, redução virá com o tempo

Meta nacional deveria ser de 6 anos, segundo senadores críticos à proposta

Durante o debate do projeto em Plenário, senadores — principalmente os da oposição — discordaram da meta de idade para alfabetização fixada pelo governo. Os parlamentares sugeriram que o limite fosse de 6 anos.

Alvaro Dias (PSDB-PR), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Cristovam Buarque (PDT-DF), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), José Agripino (DEM-RN), Roberto Requião (PMDB-PR), Cyro Miranda (PSDB-GO) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ocuparam a tribuna para defender que fosse estabelecida uma meta mais ambiciosa.

José Pimentel (PT-CE), líder do governo no Congresso, defendeu a proposta que estava para ser votada, alegando que a idade definida como meta será reduzida com o decorrer dos anos.

O senador explicou que o objetivo do governo é avançar com a alfabetização nas regiões Norte e Nordeste, que estão atrasadas em relação às outras. Os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Ana Rita (PT-ES), Wellington Dias (PT-PI), Anibal Diniz (PT-AC), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Inácio Arruda (PCdoB-CE) também defenderam a proposta do governo.

Universitário deve ganhar desconto por disciplina não cursada

As faculdades particulares poderão ser obrigadas a deduzir, do valor total das anuidades ou semestralidades, a parcela referente a disciplinas não cursadas ou já cursadas em outro estabelecimento. Projeto nesse sentido foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e deverá ser examinado pela Comissão de Educação (CE) em decisão terminativa.

Autor da proposta (PLS 314/2012), o ex-senador Cidinho Santos afirmou que muitas instituições particulares de ensino superior cobram valores fixos, não concedendo os

descontos aos alunos que não podem ou não querem cursar determinada disciplina no semestre regular. Na avaliação dele, a mesma situação é enfrentada pelos alunos que tiveram aproveitamento de disciplinas cursadas anteriormente.

Relatora da proposta, Lúcia Vânia (PSDB-GO) considerou “muito pequenos” os impactos da medida sobre as receitas das entidades mantenedoras das instituições. Além disso, acrescentou a senadora, trata-se de questão de justiça econômica, uma vez que os estudantes que se enquadram nos casos que estão pre-



Para Lúcia Vânia, é questão de justiça econômica vistos no projeto de lei acabam, efetivamente, pagando duas vezes pelo mesmo serviço.

Pedro França/Agência Senado

Faculdade pode ter de informar se cursos estão regularizados

As instituições de ensino superior podem ser obrigadas a informar aos candidatos, no ato da inscrição para o vestibular, sobre a situação dos cursos quanto à autorização e ao reconhecimento pelo órgão competente do respectivo sistema de ensino. É o que prevê projeto (PLC 15/2012) aprovado ontem pela Comissão de Educação (CE).

O texto aprovado foi o substitutivo da relatora, Ângela Portela (PT-RR). A nova redação excluiu a penalidade de advertência pelo descumprimento da medida e as multas progressivas no caso de reincidência.

Pela proposta original, na primeira reincidência após a advertência haveria multa de R\$ 175. Na segunda, de R\$ 525. A partir da terceira, o valor seria R\$ 525 por dia de atraso na prestação da informação.

De acordo com a relatora, porém, a previsão de penalidade em relação a descumprimento de regras de autorização, reconhecimento e funcionamento de cursos superiores é assunto próprio de norma regulamentadora. Ângela esclareceu que essa função hoje é estabelecida pelo Decreto 5.773/2006.

Pelo decreto, explicou a senadora, o funcionamento de instituição de educação superior e a oferta de curso sem o devido ato autorizativo já significam irregularidades administrativas.

Essas irregularidades, de acordo com o decreto, podem ser punidas com a desativação de cursos e habilitações, além de intervenção, suspensão temporária das prerrogativas de autonomia ou descredenciamento da instituição. A lista, porém, ressaltou Ângela, não inclui a pena de advertência. Esse tipo de pena, explicou, não está prevista, de acordo com as normas brasileiras para pessoa jurídica.

— Com efeito, o poder coercitivo de uma advertência a uma pessoa jurídica é virtualmente nulo e mesmo os valores propostos como multa são irrisórios e, por si mesmos, certamente nada produziram de efetivo quanto à regularização das instituições — avaliou.

Agora a proposta seguirá para exame final na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Se aprovada com as alterações da CE, deverá retornar à Câmara dos Deputados para análise das modificações.

Adiamentos

Por falta de quórum, a votação de itens terminativos da pauta da comissão foi adiada. Entre eles, estavam o PLS 569/2009, que prevê a distribuição de merenda escolar em dias úteis não letivos para alunos da educação básica pública. Outra proposta (PLS 124/2007) concede desconto para quem usou o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) para pagar a universidade e nunca registrou atraso nas parcelas devidas, já tendo quitado ao menos 75% da dívida.



Torcida do Corinthians durante partida em que um torcedor boliviano foi morto

Rodrigo Vassoni

Ferraço pede atuação do governo para torcedores presos na Bolívia

Doze brasileiros estão em presídio lotado com traficantes e estupradores, segundo o senador, que visitou o local. Apesar das evidências de inocência, disse, clima é de punição a qualquer custo

O SENADOR RICARDO Ferraço (PMDB-ES) esteve ontem com os 12 torcedores do Corinthians presos na Bolívia desde 20 de fevereiro devido à morte do boliviano Kevin Espada, de 14 anos, vítima do disparo de um sinalizador durante jogo contra o San José. Presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE), Ferraço disse que a situação é muito delicada e pediu a ação direta do governo brasileiro.

— Eles estão presos em um presídio que comporta 200 pessoas, mas que



Lia de Paulo/Agência Senado

Ferraço quer envolvimento direto de ministros

abriga 1.500, junto com traficantes, estupradores e criminosos perigosos. As evidências são de inocência desses rapazes. Há um esforço grande da embaixada brasileira, mas o problema vai exigir um envolvimento direto do governo, dos ministros das Relações Exteriores, Antonio Patriota, e da Justiça, José Eduardo Cardozo — afirmou.

De acordo com Ferraço, os torcedores estão muito abalados diante da falta de perspectivas. Na Bolívia, a prisão preventiva pode durar até seis meses, e o clima, salientou o senador, é pela punição dos brasileiros a qualquer custo. Ferraço disse que o Tratado de Nassau, que permite o intercâmbio de informações processuais, poderia ser aplicado, mas há o complicador de o crime ter sido assumido por um menor de 18 anos.

— A Bolívia poderia considerar as investigações feitas no Brasil, mas lá a maioria penal é de 16 anos, o que complica as coisas — disse.

Depois da visita ao presídio, Ferraço retornaria à capital para encontrar ministros bolivianos.

— Pretendo relatar a eles minha preocupação com a vida desses brasileiros.

Renan garante assistência do Senado aos brasileiros

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que a Casa fará todos os esforços possíveis para dar assistência aos torcedores presos na Bolívia.

— A embaixada do Brasil em La Paz tem prestado assistência aos brasileiros desde o momento em que

tomou conhecimento da detenção pelas autoridades bolivianas. Nossa intenção é reforçar esse auxílio e nos colocarmos à disposição para ajudar no que for necessário — explicou Renan.

A visita de Ferraço ao presídio, para verificar a situação dos brasileiros

presos, foi uma designação do presidente do Senado depois que a CRE recebeu denúncias de que os brasileiros estariam sendo mantidos em condições indignas no país vizinho. A cidade de Oruro, onde fica o presídio, localiza-se a 230 quilômetros da capital boliviana.

Anibal Diniz cobra reconhecimento dos soldados da borracha

Anibal Diniz (PT-AC) defendeu ontem a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 556/2002, que dá aos soldados da borracha os mesmos direitos de ex-combatentes brasileiros na 2ª Guerra Mundial, como pensão especial. A proposta tramita na Câmara dos Deputados.

Soldados da borracha são seringueiros que trabalharam na colonização do Acre, entre 1942 e 1945, para suprir as tropas aliadas com borracha, muito utilizada em equipamentos militares. Em sua grande maioria, eram nordestinos pioneiros que se alistaram no Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia. Muitos morreram sem reconhecimento oficial. Anibal citou o caso de Vicenza Bezerra da Costa, morta dia 21 em Xapuri (AC). Ela chegou ao Acre aos 14 anos, vendo famílias viajarem amontoadas a bordo dos navios do Lloyd, acompanhados de caça-minas e aviões de guerra.

Segundo historiadores, cerca de 60 mil pessoas foram enviadas aos seringais. Quase metade morreu por causa das precárias condições de transporte, alojamento e alimentação, além do ambiente hostil.

A PEC 556/2002 foi apresentada pela então deputada Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), hoje senadora.



Pedro França/Agência Senado

Anibal defende proposta apresentada por Vanessa Grazziotin quando era deputada



Pedro França/Agência Senado

Suplicy comemora suspensão de reintegração de posse

Eduardo Suplicy (PT-SP) comemorou ontem decisão judicial que suspendeu reintegração de posse, iniciada pela manhã, de um terreno na Zona Leste de São Paulo. Segundo o senador, a decisão do juiz da 4ª Vara Cível de Itaquera, Jurandir de Abreu Júnior, foi motivada por solicitação

sua enviada ao presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, Ivan Sartori, e por compromisso do prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, que assinará decreto desapropriando a área.

— Haddad informou ao governador que vai desapropriar aquela área onde estavam já 800 famílias instaladas. Caso

não fosse tomada essa providência, possivelmente iria surgir um conflito social sério ali — disse.

Suplicy manifestou ainda solidariedade aos torcedores do Corinthians que foram presos na Bolívia em fevereiro, após o disparo de um sinalizador matar um torcedor boliviano.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Vai para Câmara texto que obriga posto a divulgar preço da gasolina na internet

Segundo projeto aprovado ontem, estabelecimentos terão de informar valor de cada combustível no site da Agência Nacional do Petróleo

A COMISSÃO DE Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou ontem o substitutivo ao projeto que obriga os postos de combustíveis a informar os preços dos produtos no site da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

O projeto vai agora para a Câmara dos Deputados.

O substitutivo do PLS 353/2011 já havia sido aprovado pela comissão no dia 12 e ontem passou por votação em turno suplementar.

O projeto, de Ivo Cassol (PP-RO), exige que os postos atualizem permanentemente no site da ANP os preços de cada tipo de combustível vendido. De acordo com o senador, o objetivo é auxiliar os consumidores a encontrar o posto que ofereça o produto com preço mais baixo.

— As informações trarão outros benefícios além de orientar o consumidor a encontrar preços mais baixos. Elas permitirão a elaboração de índices de preços dos combustíveis, que são muito



Blairo, presidente da CMA, dirige reunião em que foi aprovado projeto de Cassol

úteis para a orientação da política energética. Ademais, a publicidade dos preços irá estimular a concorrência entre os postos e, por consequência, reduzirá os preços — argumentou Cassol.

O projeto foi votado no

final de 2011 pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), com substitutivo de Sérgio Souza (PMDB-PR). As alterações feitas ao texto original davam à ANP mais tempo para implementar a nova sistemática de divulgação

dos preços de combustíveis. Em substitutivo na CMA, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) acatou as modificações aprovadas na CI, mas fixou prazo de 12 meses para a ANP começar a publicar os preços no site.

Requerimentos

A CMA aprovou ontem dois requerimentos: um para a realização de audiência pública sobre abatedouros bovinos e outro para um seminário sobre parceria entre a administração pública e entidades privadas sem fins lucrativos.

Requerida pelo presidente da CMA, Blairo Maggi (PR-MT), a audiência pública deve ouvir secretários estaduais de Agricultura, o secretário Nacional de Defesa Animal e Vegetal do Ministério da Agricultura, Enio Marques, e representantes de organizações não governamentais.

O requerimento para a realização do seminário partiu de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) e Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). O evento está marcado para 29 de abril.

Ataídes diz que falta transparência no Sistema S

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) cobrou transparência de gestores e diretores do Sistema S (que inclui Sesi, Senac, Senai, Sesc). O senador listou supostas irregularidades praticadas por essas entidades.

De acordo com Ataídes, o Sistema S não cumpre o princípio constitucional da publicidade, pratica a contratação de pessoal sem critérios, paga supersalários a gestores e diretores e cobra preços exorbitantes por cursos que deveriam ser oferecidos gratuitamente.

— Apesar dos bilhões arrecadados por meio de tributos, o Sistema S cobra valores absurdos por cursos que deveriam ser gratuitos.

Ataídes afirmou ter recebido um acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU) com auditoria dos Departamentos de Publicidade, Eventos e Consultoria do Sesi e do Senai. De acordo com o documento, há “irresponsabilidade financeira” nas duas entidades.



Pedro Franco/Agência Senado

Projeto trata de obra que não ficará pronta para Copa

O Plenário do Senado aprovou projeto que tem como objetivo solucionar o problema de estados e municípios que tiveram empreendimentos excluídos da matriz de investimentos da Copa do Mundo de 2014. Como essas obras de infraestrutura não são consideradas no teto de dívidas e nos percentuais de comprometimento da receita corrente líquida, a eventual perda de status de obra da Copa, por atraso, traria uma série de transtornos para essas unidades da Federação.

Também ontem, antes de ir a Plenário, o projeto de resolução (PRS 3/2013) foi aprovado na Comissão de Assuntos

Econômicos (CAE). Agora segue para promulgação.

O autor, Romero Jucá

(PMDB-RR), considerou impróprio que um financiamento “perfeitamente regular”, no

momento da contratação, deixe de sê-lo “em função de condições supervenientes”. Jucá argumenta que são empreendimentos importantes para a mobilidade urbana e correriam risco de novos atrasos, prejudicando o retorno dos investimentos em andamento se perdessem a excepcionalidade.

Por sugestão de senadores da oposição, a data de 30 de junho de 2014 foi fixada como último prazo para início da execução das obras com essa excepcionalidade. Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que os opositoristas pretendem minimizar os efeitos de um “favorecimento que premia a incompetência”.



Estádio Mané Garrincha, em Brasília, que tem mais de 80% das obras prontas

Carla Gomes/Agência Senado

Para Alvaro, proposta aprovada “premia incompetência”



Pedro Franco/Agência Senado

“Empreiteiros de obras públicas são os campeões dessa Copa”, diz Alvaro

Alvaro Dias criticou o projeto (PRS 3/2013) de Romero Jucá, aprovado pela CAE, que fixa em 30 de junho de 2014 a data limite para o início da execução das obras para a realização da Copa do Mundo. Essas obras de infraestrutura não são consideradas no teto de dívidas e nos percentuais de comprometimento da receita corrente líquida. O objetivo é, justamente, evitar que o atraso gere a perda desses benefícios.

— Estamos premiando a

incompetência. Aqueles que não cumprem cronograma de obras, que recebem benefícios para acelerar a execução e executam morosamente, ficam com os benefícios e não oferecem perspectiva de retorno mais rápido.

O senador acredita que muitas dessas obras não serão inauguradas antes da Copa, motivo pelo qual não há justificativa para a manutenção das “vantagens extraordinárias” oferecidas pelo governo.

Além disso, de acordo com Alvaro, essas vantagens são concedidas em detrimento dos municípios que não foram escolhidos como sedes da Copa. Os grandes beneficiados, na opinião do senador, são os empreiteiros.

— Os empreiteiros de obras públicas são os grandes campeões dessa Copa do Mundo. Eles, sim, estão conquistando o título do superfaturamento de obras — afirmou o parlamentar.

Acir Gurgacz pede programa nacional para área rural

Acir Gurgacz (PDT-RO) defendeu a criação de um programa nacional de melhoria das estradas vicinais para transformar a imagem do meio rural. Para ele, é preciso inverter a lógica dos investimentos, hoje concentrados no meio urbano, para que os municípios possam manter o homem no campo. O agronegócio responde por 30% do produto interno bruto (PIB) e sustenta um superávit de US\$ 17,9 bilhões na balança comercial, disse o senador.

— É necessário um esforço maior do governo para transformar o meio rural em um local bom de viver. A falta de infraestrutura contribui para a imagem negativa que se tem do campo — afirmou.

Ele defendeu a oferta de crédito, assistência técnica, educação, saúde e infraestrutura à população rural, que tem dificuldade de acesso a serviços em decorrência da concentração de investimentos no meio urbano.



Pedro Franco/Agência Senado

Pedro Franco/Agência Senado



Senadores durante sessão deliberativa ontem no Plenário: quatro projetos de lei tiveram votação final no Senado

Plenário aprova projetos sobre saúde e funcionalismo

Além da PEC das Domésticas e do Pacto para Alfabetização na Idade Certa (veja páginas 8 e 9), os senadores aprovaram ontem outros importantes projetos de lei. Um deles beneficia as mulheres que precisam se submeter à retirada do seio, em consequência de câncer. De acordo com o projeto, o Sistema

Único de Saúde (SUS) fica obrigado a reconstruir a mama mutilada na mesma cirurgia. Também foram aprovadas a transferência dos servidores do ex-território federal de Rondônia para a União, a criação de cargos na Polícia Civil do Distrito Federal e a jornada máxima de trabalho para os fonoaudiólogos.

SUS terá de fazer retirada e plástica da mama em cirurgia única

O Plenário do Senado aprovou ontem o Projeto de Lei da Câmara 3/2012, que determina que o SUS realize cirurgia plástica reparadora imediatamente após a retirada da mama, em casos de câncer. A matéria vai para sanção.

A relatora, Ana Amélia (PP-RS), lembrou que a proposta já havia sido aprovada por unanimidade na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A medida, segundo ela, vai beneficiar sobretudo as mulheres mais pobres. A aprovação do projeto, da deputada licenciada Rebecca Garcia (PP-AM), foi saudada também pelos senadores Paulo Paim (PT-RS) e Waldemir Moka (PMDB-MS).

Hoje, conforme Ana Amélia, as cirurgias são adiadas "indefinidamente" em muitas unidades do SUS. Por isso, segundo ela, o projeto aperfeiçoa a legislação, ao concretizar um direito já previsto em lei, para que as mulheres contem com a reconstrução da mama em casos de mutilação devido ao câncer.

Transferência dos servidores de Rondônia para quadros da União



Pedro Franco/Agência Senado

Também foi aprovado pelo Plenário o PLC 2/2013, que trata do enquadramento dos servidores do ex-território federal de Rondônia, transformado em estado com a Constituição de 1988. O projeto, que agora segue para sanção, estabelece plano de cargos e tabela de remuneração, soldos e vantagens de servidores civis e militares do ex-território que serão transferidos para os quadros da União.

Valdir Raupp (PMDB-RO) agradeceu "a paciência" dos servidores que há anos aguardam a definição sobre o enquadramento. Ivo Cassol (PP-RO) ressaltou que o projeto garante que o salário dos servidores não será reduzido. Acir Gurgacz (PDT-RO) afirmou que a aprovação do projeto foi a realização de um sonho para os servidores do ex-território.

Projetos criam cargos e concedem reajustes no serviço público

Foram aprovados no Plenário, por votação simbólica, vários projetos que tratam do funcionalismo público.

O PLC 4/2013 autoriza a ampliação dos quadros da Polícia Civil do Distrito Federal. O provimento dos cargos vai ocorrer de forma gradual, a partir de 2014. Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) disse que a matéria é muito importante, pois o quadro se mantinha o mesmo há 20 anos. Outro projeto aprovado (PLC 5/2013) reajusta a remuneração das Polícias Militar e Civil do DF. Para Gim (PTB-DF), "é uma correção que se fazia necessária há muitos anos". Os dois projetos seguem para sanção presidencial.

Os senadores também aprovaram o PLC 6/2013, que reajusta a remuneração de servidores da Receita Federal, do Banco Central, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e de vários outros órgãos. No entanto, como foi modificado, o projeto volta à Câmara.

Aprovadas 30 horas para fonoaudiólogos

O Plenário do Senado aprovou ontem o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 119/2010, que estabelece jornada máxima de 30 horas semanais para os fonoaudiólogos, sem redução de salário. O texto havia sido aprovado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em 2011, em votação final, mas

um recurso determinou a apreciação em Plenário.

Relatora do projeto, a senadora licenciada Marta Suplicy (PT-SP) argumentou, na época da votação na CAS, que há uma tendência de redução da jornada de trabalho para profissionais de saúde. Outro fator a reforçar a redução de

jornada seria a ameaça constante de estresse e desgaste mental. "A sua exposição à jornada prolongada de trabalho apenas agrava esse risco, com evidente prejuízo aos pacientes e à sociedade", argumenta Marta Suplicy, no relatório favorável à aprovação da matéria.

Subcomissão de terras-raras define seus integrantes

O presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), Zeze Perrella (PDT-MG), anunciou ontem os membros da subcomissão temporária que vai elaborar o marco regulatório da mineração e exploração de terras-raras. A criação atende a requerimento de Luiz Henrique (PMDB-SC), escolhido para presidir a subcomissão.

Terras-raras são 17 elementos químicos essenciais na fabricação de eletrônicos como tablets, smartphones e telas de LCD. Luiz Henrique considera fundamental o domínio de toda a cadeia tecnológica das terras-raras: exploração, mineração, produção,

separação de insumos e a transformação em valor agregado. Ele acredita que a nova legislação permitirá o desenvolvimento industrial.

— Hoje nossa balança de pagamentos está dependente dos produtos agrícolas e minerais. Sem o domínio de terras-raras, o Brasil não conseguirá inverter essa equação.

Os titulares do colegiado são Luiz Henrique, Anibal Diniz (PT-AC), Valdir Raupp (PMDB-RO), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e Alfredo Nascimento (PR-AM). Os suplentes são Ângela Portela (PT-RR), Lobão Filho (PMDB-MA), Ivo Cassol (PP-RO), Gim (PTB-DF) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA).



Pedro Franco/Agência Senado

Flexa assume presidência da comissão da aviação civil

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e João Costa (PPL-TO) foram eleitos ontem presidente e vice-presidente, respectivamente, da Subcomissão Temporária sobre Aviação Civil. Também foi aprovada o requerimento para a realização de audiência pública com o novo secretário de Aviação Civil, Moreira Franco, em data ainda a ser definida.

A subcomissão foi instalada no início de 2012 para realizar um diagnóstico sobre a aviação civil no Brasil e apresentar sugestões de solução para os problemas identificados. Foram realizadas 14 audiências

públicas, com autoridades, especialistas e representantes de empresas e de trabalhadores, que discutiram temas como expansão do tráfego aéreo, concessão de aeroportos, aviação regional, política para serviços de táxi aéreo e aviação agrícola, entre outros.

Com base nessas discussões e nas sugestões apresentadas, o relator da subcomissão, Vital do Rêgo (PMDB-PB), disse já ter concluído seu relatório, que será apresentado no dia 17 de abril.

— A aviação civil brasileira precisa efetivamente ter uma remodelagem em todos os seus aspectos — disse.



Pedro Franco/Agência Senado

Ana Amélia vai presidir comissão sobre incêndios

Em votação simbólica, Ana Amélia (PP-RS) foi eleita ontem presidente da comissão temporária do Senado que fará o levantamento da legislação sobre prevenção e combate a incêndios. Cyro Miranda (PSDB-GO) e Paulo Paim (PT-RS) serão, respectivamente, vice-presidente e relator.

Além de lembrar-se do incêndio na boate Kiss, em Santa Maria (RS), que motivou a criação da comissão, Ana Amélia citou a recorrência de desabamentos causados por chuvas no estado do Rio de Janeiro para destacar a importância de um marco regulatório

para prevenção de incêndios e evacuação de populações atingidas por catástrofes. A comissão terá 60 dias para propor medidas preventivas contra mortes e tragédias.

Foi aprovado requerimento de audiência com a participação, entre outros, do secretário nacional de Defesa Civil, Humberto de Azevedo Viana Filho; do comandante do Corpo de Bombeiros do Rio Grande do Sul, coro-

nel Guido Pedrosa de Melo; e do diretor-geral do Instituto Sprinkler Brasil Marcelo Olivieri de Lima. (*O Jornal do Senado publicou Especial Cidadania sobre o tema na edição de 26 de março.*)



Rafael Carvalho/Agência Senado